

A influência do *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana* no periodismo português de inícios do século XIX

Eurico Gomes Dias^[*]

Resumo

A publicação do *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana* [Lisboa, 1816-1817], da responsabilidade editorial de Pedro Alexandre Cavoé [Lisboa, 1776-1844], é um marco incontornável da imprensa periódica em Portugal. Contribuiu para propagar as ideias revolucionárias que triunfaram na Revolução Liberal de 1820 e para o progresso da imprensa periódica artística.

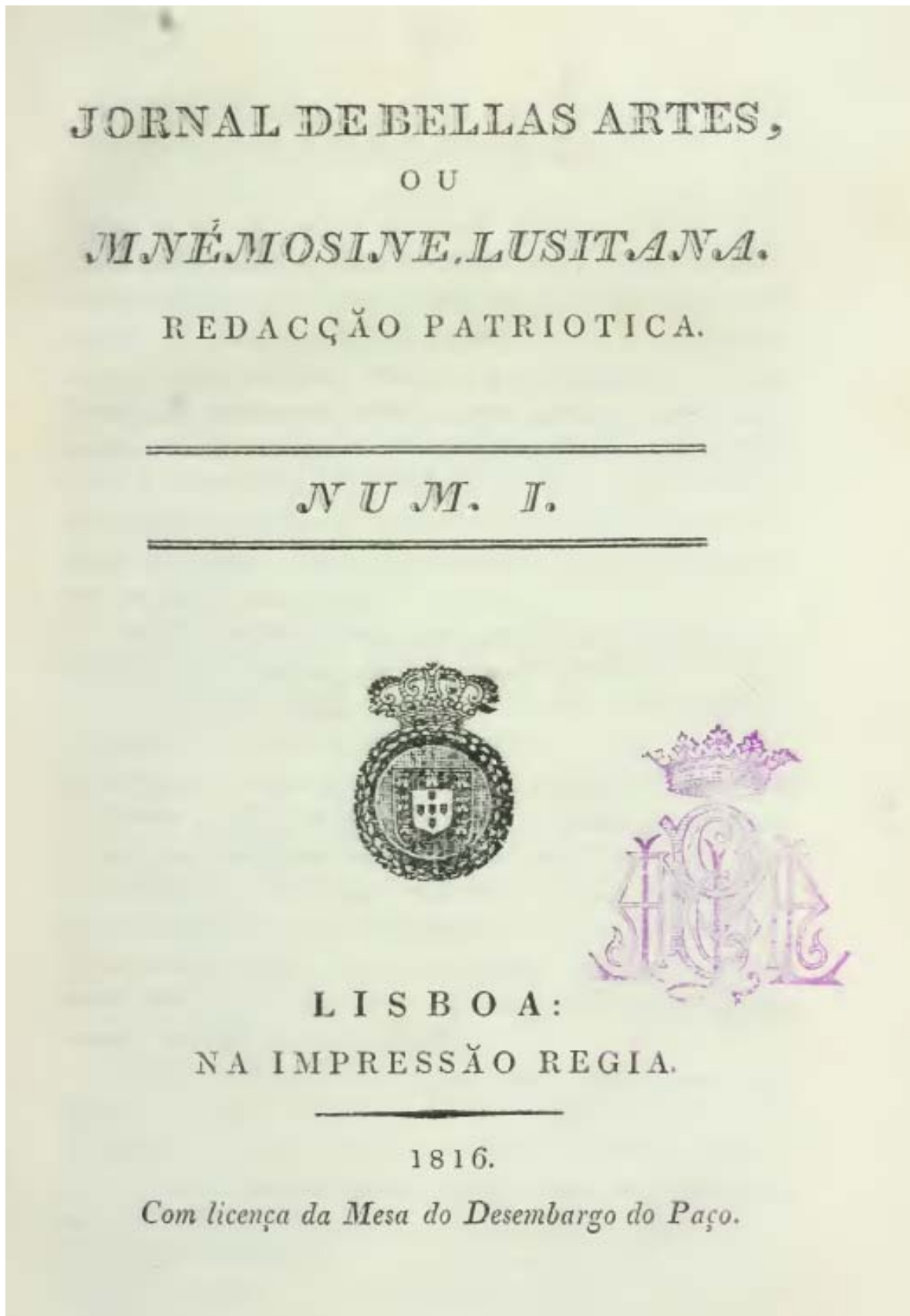
Palavras-Chave: *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana*; Arte; História; Liberalismo; Jornalismo; Pedro Alexandre Cavoé.

Abstract

The publication of the *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana* [Lisbon, 1816-1817], from editorial responsibility of Peter Alexander Cavoé [Lisbon, 1776-1844], is an essential framework of the periodical press in Portugal. The *Jornal* contributed to propagate revolutionary ideas that triumphed in the Liberal Revolution of 1820, and for the advancement of artistic periodical press.

Keywords: *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana*; Art; History; Liberalism; Journalism; Pedro Alexandre Cavoé.

[*] Bacharel e Licenciado em *Comunicação Social* pelo Instituto Superior de Línguas e Administração [Santarém]. Pós-graduado em *Direito da Comunicação* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduado, Mestre e Doutor em *História Medieval e do Renascimento* pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde aguarda a defesa da Agregação. Bolseiro de Doutoramento e Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador associado do CEPESE [Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade – Universidade do Porto], do Centro de História [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], do CIJVS [Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão], do CISDI-IESM [Centro de Investigação de Defesa e Segurança do Instituto de Estudos Superiores Militares], do IEM [Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL], entre outras organizações científicas. Auditor do Curso de Política Externa Nacional [Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros] e Auditor do Curso de Defesa Nacional [Instituto da Defesa Nacional/Ministério da Defesa]. Pós-Doutoramento em História pela FLUP. Professor Auxiliar no ISCPPI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna [Lisboa].



Frontispício do *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana*,
Impressão Régia, Lisboa, 1816.

De entre as personalidades quase esquecidas que contribuíram para o triunfo do Liberalismo português, recordamos a figura de Pedro Alexandre Cavroé⁽¹⁾ [Lisboa, 1776-1844], escritor e arquitecto português. Filho do artífice francês Agostinho Alexandre Cavroé [?-1811?], era proprietário de uma marcenaria em Lisboa, ao Largo do Calhariz. Ainda que estivesse destinado a seguir a profissão paterna, deu provas de uma intelectualidade notável, sendo hábil nas artes mecânicas, mas igualmente um verdadeiro apaixonado pela Literatura. Terá recebido uma educação elementar de Matemática e o Desenho, assim como de Gramática latina e francesa, com o intuito de matricular-se na Universidade de Coimbra, o que não veio a ocorrer por razões desconhecidas.

Fervoroso defensor das doutrinas liberais, viu-se forçado a emigrar para o Rio de Janeiro [1824], sendo acolhido pelo imperador D. Pedro, por quem nutria uma forte admiração. Nomeado arquitecto da Câmara Municipal dessa cidade [responsável, inclusivamente, pela adopção da numeração par/ímpar nas portas, p. ex.] e arquitecto da Casa Imperial, seria exonerado de ambos os cargos, acusado de furtos na Academia Imperial de Belas Artes [1830], ainda que injustificadamente. Quando se estabeleceu o regime constitucional em Portugal [1834], seria designado curador do Conservatório de Artes e Ofícios [1839], cargo que conservou até falecer.

Por conseguinte, a primeira publicação periódica direccionada para as notícias artísticas nacionais foi da sua iniciativa – o *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana*⁽²⁾ [vols. I-II, 26 números, 1816-1817]. Adornado com algumas gravuras igualmente da sua autoria, compreende numerosos artigos e notícias úteis para o conhecimento do património artístico português, assim como da sua conservação, nos inícios do século XIX.

Neste periódico publicaram-se diversas descrições arquitectónicas de edifícios, monumentos e praças de Lisboa, ladeadas com as respectivas estampas. Também descreve os estabelecimentos de instrução pública mais direccionados para as artes e ofícios, publicando ainda um utilíssimo inventário dos pintores portugueses mais famosos, entre trechos poéticos originais de autores contemporâneos, etc.

Na verdade, Pedro Alexandre Cavroé era um verdadeiro artista e assumia-se como tal, revelando ainda um conhecimento profuso da História. Apesar da precocidade desta publicação, foi um veículo extremamente profícuo para a vulgarização de uma visão artística da

⁽¹⁾ Silva, Inocêncio Francisco da. «Pedro Alexandre Cavroé», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VI, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862, pp. 381-383; vol. XVII, 1894, pp. 175-176; «Pedro Alexandre Cavroé», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, Editorial Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, [s. d.], p. 369.

⁽²⁾ «Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, 1860, p. 176; «Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana», in *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, Academia das Ciências de Lisboa, [manuscrito], [s. d.], pp. 199-199v.; Cunha, Alfredo da. «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV, ACL, Lisboa, 1941, p. 268; Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a edição revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989, p. 73; *Catálogo das Publicações em Série [1641-1833]*, organizado por M.^a Helena Braga da Cruz e José Matos da Silva, Biblioteca Pública Municipal, Porto, 1985, p. 54; «Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana», in *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, coordenação e organização de Gina Rafael e Manuela Santos, prefácio de José Tengarrinha, vol. II, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002, n.º 2982, p. 29.

História de Portugal, algo inteiramente novo no periodismo nacional. Os comentários historiográficos não serão, decerto, providos de uma cientificidade académica, até porque o propósito deste periódico teria sido, com certeza, a divulgação de ‘conhecimentos úteis’.

O primeiro apontamento estritamente historiográfico do *Jornal de Bellas Artes*, ou *Mnemosine Lusitana* reporta-se a uma tradução de uma obra de Giuseppe Gorani [1740-1819], historiador italiano que elaborara uma apologia às virtudes do “bom monarca”. Nesse sentido, apontou algumas das características outorgadas tradicionalmente a alguns dos nossos monarcas, de acordo as crónicas medievais. Pretendia-se, deste modo, demonstrar um modelo moral personificado pelas figuras régias portuguesas e enaltecer a nobreza dos seus feitos:

“A Historia de Portugal [...] apresenta huma serie de Reis, que podem servir de modelos na Arte de Reinar⁽³⁾. Affonso Henriques foi generoso⁽⁴⁾, e economico: d’entre o tumulto das armas soube favorecer a Agricultura, o Commercio, e a Industria. Sancho I.⁽⁵⁾ soube curar as feridas, que huma guerra contumaz, a peste, e outras calamidades havião espalhado no Reino: conteve nos seus deveres a Nobreza, e o Clero; e mudou de hum modo tal a face do Estado, que de Aldeas, e Lugares, que erão, tornou-as em Villas, e repovoou os campos de novos vassallos, que attrahio de fóra do Reino. Faleceo cheio de gloria, chorado como Pai da Patria.

Sancho II.⁽⁶⁾, e Affonso III⁽⁷⁾. seguirão seus passos, e fizerão o seu Povo rico, e venturoso. Diniz⁽⁸⁾, seu Successor moderou todos os impostos, e foi mais rico do que seus predecessores, e comtudo foi tão generoso, que depois ficou em proverbio em Portugal =

⁽³⁾ Sugerimos a leitura de uma prédica da ‘boa governação dos povos’: Parada, António Carvalho de. *Arte de Reynar*, Officina de Paulo Crasbeeck, Bruxelas, 1644.

⁽⁴⁾ “Foi el Rei de sua pessoa mui fermoso & bem composto, & que com muita serenidade que tinha, representaua hua braura que conuinha a hum grande capitão, que hauia de ser terror dos Mouros. Por suas muitas virtudes, liberalidade, & justiça, era mui amado, & mui venerado dos seus, & muito temido dos imigos.” Leão, Duarte Nunes do. *Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez...*, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão Editores, Porto, 1975, p. 97.

⁽⁵⁾ “E como naquelle tempo quasi todo Portugal staua cobrado dos Mouros, vendose o nouo Rei em paz, entendia no bom gouerno de seus reinos. E assi para engrossar a terra, como para que os homees não se dessem a vicios, stando ociosos, & viuessem per seu trabalho, fez romper muitos matos, & laurar muitas terras, & cultiuallas conforme aaquillo para que erão, dandoas & aforandoas, & fazendo muitos faoures aos que mais benfeitorias fizessem. Polo que com razão lhe chamarão Laurador.” Leão, Duarte Nunes do. *Chronica del Rei Dom Sancho o I...*, p. 99.

⁽⁶⁾ “E como elle era descuidado dos negocios de seu reino, & de todo inhabil para o cargo delle, cada hum viuia aa vontade, assi por sua brandura & simpleza, como pola maldade de seus conselheiros & priuados.” Leão, Duarte Nunes do. *Chronica del Rei Dom Sancho o II...*, p. 125.

⁽⁷⁾ “E para que as terras se ennobrecessem, & fossem prouidas das cousas de que erão mais faltas, & para que os homees tiuessem commercio entre si, & com os reinos vezinhos, ordenou muitas feiras pelos lugares do reino, com priuilegios & franquezas, & segurança para os que a ellas viessem.” Leão, Duarte Nunes do. *Chronica del Rei Dom Afonso o III...*, p. 167.

⁽⁸⁾ “Outras muitas cousas fez el Rei Dom Dinis, per que se pode com razão chamar pai da patria, polas muitas vtilidades que a seu reino causou. Porque fez romper muitas terras & cultiuallas, & faoureceo muito aos lauradores, a que chamaua neruos da Republica. Polo que em seu tempo houue menos pobres. Porque todos trabalhauão. E aos que trabalhar não podião sustentaua elle do seu. Em sua fazenda foi tam prouido, que sendo o Rei que mais deu, foi o Rei que mais deixou.” Leão, Duarte Nunes do. *Chronica del Rei Dom Dinis...*, p. 227.

Generoso como ElRei Diniz =. D. Pedro I.⁽⁹⁾ teve a agudeza de reconhecer, que a unica origem das riquezas de hum Reino, cujo territorio póde fornecer os artigos da primeira necessidade, procede da producção deste mesmo territorio; e para estabelecer a prosperidade da Agricultura do Reino, aliviou-a muitos mezes de todos os tributos: elle sabia, que a generosidade exercida com os cultivadores produz o centuplo de quanto se lhes dá; e quando lhe notárão esta generosidade respondeo; que o Principe que sabia governar sabiamente, e ser economico em suas despezas, tinha sempre meios de espalhar beneficios sem se empobrecer⁽¹⁰⁾.”

O *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana* foi, essencialmente, um órgão pioneiro na divulgação do panorama artístico português. Terá tido uma enorme receptividade por parte dos leitores, provavelmente deveras saturados de uma imprensa periódica fortemente politizada, pelo que este periódico foi uma “lufada de ar fresco”, como cremos. Pedro Alexandre Cavroé revelou-se um perscrutador ávido das vertentes artísticas na História de Portugal e, enquanto artífice especializado, questionou a [ainda actual] problemática dos primórdios da pintura artística portuguesa. O início da pintura estritamente nacional poderá colocar-se entre os finais da Idade Média e os inícios da Idade Moderna, mas interessou ao redactor compreender as influências das correntes renascentistas na elaboração intelectual dos artistas nacionais:

“Se deve assignalar-se como epocha do principio da Nobre Arte da Pintura⁽¹¹⁾ em Portugal aquella, em que pelo dito de hum Escriptor nos consta ter havido hum retrato, sem que se saiba o nome de quem o pintou, então começou a Pintura em Portugal no tempo do Senhor Conde D. Henrique; pois Fr. Bernardo de Brito⁽¹²⁾ faz menção do Retrato deste

⁽⁹⁾ “Nem se vio, que em cousa alguma vexasse seu pouo, ou lhe fizesse extorsões. Mas lembrandolhe hum seu priuado, que ajuntasse algum dinheiro, para accrescentar o thesouro que lhe ficara de seu pai & avoos, como entam costumauão, & tinhão por honra, respondeo, que não fazia pouco o Rei, que conseruando o que lhe deixarão, se sustentaua com as rendas do reino, sem fazer aggrauo ao pouo, nem lhe tomar o seu.” Leão, Duarte Nunes do. *Chronica del Rei Dom Pedro...*, p. 316.

⁽¹⁰⁾ «Os Reis de Portugal são huns perfeitos modelos da Arte de Reinar», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana*, n.º 12, Impressão Régia, Lisboa, 1816, pp. 185-186. Este texto foi transposto para português por Pedro Alexandre Cavroé, servindo-se da tradução francesa da edição italiana de Gorani, Guiseppe. *Recherches sur la Science du Gouvernement*, vol. II, Chez Guillaume, Paris, 1792, pp. 51-52.

⁽¹¹⁾ “No que diz respeito à pintura monumental, desconhecem-se frescos anteriores ao século XV (final) – o que não quer dizer que os não tenha havido. Contudo, é de assinalar o notável fresco dos Paços da Audiência, de Monsaraz, que alguns autores pretendem recuar ao século XIV, demonstrando a viabilidade da existência de uma pintura mural portuguesa de excelente qualidade anterior de um século aos Painéis de S. Vicente de Fora. Mesmo que não se admita esta cronologia, nem por isso diminui o interesse desta pintura – única de tema profano que se conhece em Portugal: o bom e o mau juiz. Em numerosas igrejas românicas do Norte têm sido encontradas pinturas a fresco, mas quase todas remontam ao século XVI, algumas apresentando já, nos elementos decorativos e até na composição, nítidas influências renascentistas. O fresco da *Senhora da Rosa*, da igreja de S. Francisco, no Porto, tradicionalmente atribuído a António Florentim, pintor que trabalhou para D. João I, está demasiadamente deteriorado para sobre ele se fazer um juízo exacto. No entanto, a estada em Portugal de Jan van Eyck deve ter exercido alguma influência na pintura portuguesa. E se é preciso esperar pela segunda metade do século XV para vermos aparecer a obra-prima atribuída a Nuno Gonçalves, alguma coisa se vai já conhecendo acerca da pintura que a antecede. Algumas tábuas dos museus de Aveiro e de Coimbra revelam-nos a existência de artistas, provavelmente locais, cujas ligações com a pintura peninsular da época são evidentes.” Grimme, Ernst Günther. *Pintura Medieval*, Editorial Verbo, Lisboa, 1968, pp. 196-197.

⁽¹²⁾ Não conseguimos indagar nas obras de Fr. Bernardo de Brito, nomeadamente na Primeira e Segunda Partes da *Monarquia Lusitana*, assim como na *Crónica de Cister*, qualquer referência a um quadro do conde D. Henrique.

Soberano de iluminação antiga na primeira folha de huma Biblia do Cartorio do Mosteiro de Alcobaça.

Se deve assignalar-se pela existencia de hum quadro sem conhecer-se o seu Author, então teve principio no reinado do Senhor D. Diniz, pois que deste tempo existe na Gallería do Excellentissimo Senhor Marquez de Borba⁽¹³⁾ hum quadro dos Reis Magos, que tem a singularidade de achar-se na Santa Virgem retratada a Rainha Santa Isabel. De quanto diz nos seus Cuidados Literarios⁽¹⁴⁾ o Excellentissimo D. Fr. Manoel do Cenáculo do bom uso da Pintura no tempo do Senhor D. Affonso III., e o Senhor Wolkman Machado⁽¹⁵⁾ das Pinturas da Capella de S. Vicente na Sé de Lisboa, do Pintor Portuguez Gonçalo Nuno, ou Nuno Gonçalves⁽¹⁶⁾, como lhe chama o Senhor Taborda⁽¹⁷⁾ (Alvaro de Pedro⁽¹⁸⁾, o primeiro Pintor Portuguez de que ha noticia, não pintou em Portugal: os seus quadros, segundo Vasari⁽¹⁹⁾, existião em Volterra, em Piza, e varias outras de Italia), como não existem provas, que o attemem, que são as proprias pinturas, deve considerar-se a primeira Pintura Portugueza o sobredito quadro⁽²⁰⁾, que possui o Excellentissimo Senhor Marquez de Borba.

Porém se deve sómente reputar-se principio desta Nobre Arte, quando hum Pintor Portuguez, discipulo de huma Escolla⁽²¹⁾ famosa de Pintura, conhecido pela fama distincta

⁽¹³⁾ “O marquês de Borba era grande amador de música, protegia muito os artistas, tanto músicos como pintores, chegando a reunir sempre em sua casa artistas afamados, como Domingos de Sequeira, Leal Moreira, Marcos Portugal, Baldi, Frei José Marques e outros.” «Fernando Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 14.º conde de Redondo e 2.º marquês de Borba [1776-1834]», in *Portugal. Diccionario Histórico...*, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. II, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1906, p. 385.

⁽¹⁴⁾ Cenáculo, Fr. Manuel do. *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1791.

⁽¹⁵⁾ Carvalho, Ayres. «O Pintor Cirilo Volkmar Machado (1748-1823)», separata do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. III, fasc. II, [s. n.], Lisboa, 1957.

⁽¹⁶⁾ “Se considerarmos o *Políptico da Veneração de São Vicente* como obra de Nuno Gonçalves – certamente chefe de uma oficina – teremos de admitir que o pintor reflecte nesta obra a mentalidade duma *nova geração*, resultante da revolução burguesa de 1383-85. A mentalidade de uma nova geração ou antes um vago reflexo dos ideais «revolucionários» dessa geração?” Markl, Dagoberto. *O essencial sobre Nuno Gonçalves*, «Essencial», IN-CM, Lisboa, 1987, pp. 14-15.

⁽¹⁷⁾ Refere-se a José da Cunha Taborda. Para melhor conhecimento sobre este artista português: Leitão, João José Trigueiros. *O Pintor Régio José da Cunha Taborda (Fundão, 1766 – Lisboa, 1836)*, dissertação de mestrado em Museologia apresentado à FSCH/UNL, [texto policopiado], Lisboa, 2002.

⁽¹⁸⁾ *Álvaro Pires de Évora. Um pintor português na Itália do Quatrocento*, coordenação de Francisco Faria Paulino, CNCDP, Lisboa, 1994.

⁽¹⁹⁾ “Fu ne’ medesimi tempi, e quasi della medesima maniera, ma fece più chiaro il colorito, e le figure più basse, Alvaro di Piero di Portogallo, che in Volterra fece più tavole, e in s. Antonio di Pisa n’è una, e in altri luoghi altre, che per non essere di molta eccellenza, non occorre farne altra memoria.” Vasari, Giorgio. *Vite de’ Piu’ Eccellenti Pittori Scultori e Architetti*, tomo I, Niccolò e Marco Pagliarini, Roma, 1759, p. 166.

⁽²⁰⁾ Carvalho, José Alberto Seabra. «Pintura. Do Gótico ao Neoclassicismo», in *Diccionario de História Religiosa de Portugal*, coordenação de Ana Maria Jorge, Ana Maria Rodrigues e António Camões Gouveia, com direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. III, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa/Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, pp. 449-453.

⁽²¹⁾ “Foi das peregrinas escolas flamenga e italiana que os nossos pintores dos séculos XV e XVI – os que melhor conhecemos neste recuado passo da nossa História – maiores sugestões colheram, tanto na composição e na

que tem entre os mesmos Estrangeiros, e pelos optimos quadros que pintou, e que em grande número entre nós existem, só no meiado do décimo quinto seculo se deve assignalar o principio da Pintura em Portugal, e foi o Grande Vasco⁽²²⁾, que nos deo esta honra⁽²³⁾.”

Extremamente embrenhado no estudo dos edifícios medievais lisboetas, como já aludimos, Pedro Alexandre Cavroé dedicaria uma análise à Sé de Lisboa, construída sobre uma antiga mesquita para albergar o primeiro bispo de Lisboa, o cruzado inglês Gilbert de Hastings [?-1166]. Dedicada a Santa Maria Maior, o Autor refere a miscelânea de estilos arquitectónicos na Sé, evidenciando as alterações estruturais desenvolvidas nos reinados de D. Afonso IV e D. João I, bem como após terramoto de 1 de Novembro de 1755, o qual arruinou o edifício. Analisou os túmulos de D. Afonso IV e da esposa D. Beatriz, os quais destacamos adiante, recordando alguns acontecimentos ocorridos na própria Sé, como, por exemplo, a *defenestração* do bispo de Lisboa, D. Martinho de Zamora [?-1383], aquando as convulsões do Interregno:



A Sé de Lisboa, gravura de Pedro Alexandre Cavroé.

estilização das figuras, como na própria factura pictural.” Gusmão, Adriano de. «Os Primitivos e a Renascença», in *Arte Portuguesa. Pintura*, direcção de João Barreira, Edições Excelsior, Lisboa, 1946, p. 74.

⁽²²⁾ Ribeiro, Maria Dalila Lopes. *Vasco Fernandes. Percurso Biográfico-Artístico*, trabalho apresentado nas provas públicas para Professora Adjunto à Escola Superior de Educação de Viseu, [texto policopiado], Viseu, 1991.

⁽²³⁾ Cavroé, Pedro Alexandre. «Da Pintura, sua existencia em Portugal, e seus mais distinctos Artistas», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*, n.º 3, 1817, pp. 33-34.

“Este grandioso Templo⁽²⁴⁾, que foi em outro tempo a Sé de Lisboa, deve a sua fundação ao Senhor Rei D. Affonso Henriques. Author Portuguez teve para si⁽²⁵⁾, que fôra mandado edificar pelo Imperador Constantino, ou por sua Mãe Santa Helena, persuadido da antiga construcção do edificio fabricado interiormente com grande número de columnas, e varandas, á maneira do insigne Templo de Santa Sofia em Constantinopla, erecto pelo mesmo Imperador. Outros crêrão, que tinha sido a Mesquita maior dos Mouros, e que o Senhor D. Affonso Henriques, quando ultimamente lhes ganhou Lisboa, a mandára purificar pelo Bispo D. Gilberto. Porém de escripturas authênticas se mostra, que aquelle primeiro Monarca Portuguez mandára fabricar este Templo desde os alicerces⁽²⁶⁾, para cabeça, e residencia Metropolitana, dedicando-o ao culto de Maria Santissima, onde logo estabeleceo, e collocou por Bispo a D. Gilberto, e este nomeou cónegos.

Passados 197 annos, no anno de 1344, hum espantoso terremoto arruinou a Capella-Mór⁽²⁷⁾. O Senhor D. Affonso IV., que então reinava, acudio ao seu reparo, mandando-a reedificar com magnificencia, e elegendo-a para depósito do seu Régio Cadaver, e da Rainha D. Brites, sua Mulher⁽²⁸⁾. Esta Capella-Mór ainda foi arruinada pelo terremoto de 24 de Agosto de 1356, e raio, que sobre ella cahio; cuja ruina mandou reparar o Senhor D. João I. com real munificencia⁽²⁹⁾. [...]

A Capella-Mór he grandiosa, e os Officios Divinos, que alli se celebrão, são huma imitação dos que se fazem na Igreja de S. Pedro em Roma, Capital do Mundo Christão. Do lado do Evangelho se vê o túmulo do Senhor Rei D. Affonso IV. lavrado em marmore, com huma

⁽²⁴⁾ Sucena, Eduardo. *A Sé Patriarcal de Lisboa. História e Património*, SeteCaminhos, Lisboa, 2004.

⁽²⁵⁾ Quem terá sido o autor a que Pedro Alexandre Cavoé se refere? No entanto, chamamos a atenção para a curiosa procura de uma afinidade entre a Sé de Lisboa com a Hagia Sophia, de Constantinopla.

⁽²⁶⁾ “A Igreja de Santa Maria Maior é o monumento mais antigo e venerável da cidade, precioso exemplar de arte romano-gótica. Foi mandada construir por D. Afonso Henriques, logo em seguida à reconquista de Lisboa, segundo rezam crónicas antigas, sobre as ruínas da mesquita muçulmana. Recebeu os primeiros enxertos (anexos do lado norte) no início do século XIII e novos acrescentos góticos nos finais deste século e nos inícios do seguinte (claustro e Capela de Bartolomeu Joanes). A primitiva capela-mor, românica, foi substituída pela actual, em estilo ogival, do século XIV, época em que foram também construídos o deambulatório e as capelas absidais. Sofreu novos acrescentos e remodelações no decurso dos séculos. O terramoto arruinou-a profundamente, tendo-se então desmoronado a torre sineira sobre o cruzeiro e parte da torre sul. O restauro a que foi sujeito este monumento, já no século actual, dirigido pelo architecto António do Couto, procurou restituir-lhe a primitiva traça medieval.” «Sé de Lisboa», in *Tesouros Artísticos de Portugal*, coordenação de José Ferreira de Almeida, Selecções do *Reader's Digest*, Lisboa, 1976, p. 323-324.

⁽²⁷⁾ Saraiva, José da Cunha. «A Capela da Misericórdia na Sé de Lisboa», separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, [s. n.], Lisboa, 1934.

⁽²⁸⁾ “Conforme a tradição historiográfica, sucessivos sismos, mormente o de 1344, terão danificado tanto a primitiva cabeceira da Catedral de Lisboa que se tornou necessária à sua reconstrução. D. Afonso IV, perante esta necessidade, patrocinou uma total renovação da cabeceira que se fez conforme os padrões mais em voga nesse tempo. Fez-se uma ampla charola, constando de um acrescentamento de uma falsa nave de transepto, a partir da qual segue uma alongada capela-mor, uma nave envolvente em volta da qual se distribuem nove capelas radiantes, iguais, tudo conforme um modelo muito frequente em grandes catedrais desse tempo, na Catalunha e em França. E com esta obra assim planeada alcançava uns espaços de eleição para a sua jazida funerária e de seus familiares. O núcleo central, o do coro e altar, foi o primeiro a ser realizado e estava pronto quando o rei morreu, em 1357.” Almeida, Carlos Ferreira de & Barroca, Mário Jorge. «Catedral de Lisboa», in *História de Arte em Portugal. O Gótico*, Editorial Presença, Lisboa, 2002, pp. 57-58.

⁽²⁹⁾ Chicó, Mário Tavares. «A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa na Idade Média», separata de *Belas Artes*, n.º 6, [s. n.], Lisboa, 1953.

figura em cima representando a Fama com a trombeta, que este valoroso Monarca ganhou na batalha do Salado, hum dos mui limitados despojos, que só quis receber pelo poderoso auxilio, que levava a seu Genro ElRei de Castella: eis a sua inscripção:

Hæc Tuba, quam Mauris Alphonsus nomine quartus

Abstulit, ut fama primus in orbe foret.

Dum resonat Regem, partumque à Rege triumphum,

Alphonsum ad famam surgere, voce jubet⁽³⁰⁾.

Do outro lado está outro tumulo, que encerra os despojos vitæ da Senhora Rainha D. Brites, sua Mulher. [...]

Na escada do Coro se venera a cruz, que Santo Antonio de Lisboa imprimira na pedra ao leve toque do seu dedo, quando Menino do Coro desta Sé procurou com aquelle signal afugentar o demonio, que pertendia tenta-lo. Neste grande Templo sendo constituída a Sede Episcopal de Lisboa desde 1150, passou no reinado do Senhor D. João I. a Archiepiscopal no anno de 1394, e foi seu primeiro Arcebispo D. João Annes⁽³¹⁾ [...].

He da torre da parte do norte, que foi precipitado o Bispo de Lisboa, D. Martinho⁽³²⁾, Hespanhol de Nação, por pensar o Povo, que o precipitou, que, o subir á torre, e tocar com o sino a rebate huma tão distincta Dignidade, era em favor do Conde Andeiro, a quem D. João, depois o 1.º do nome, acabava de matar no Paço na Presença da Rainha D. Leonor de quem era privado, com o receio de que huma tal privança fosse funesta á Monarquia, favorecendo o partido de D. Beatriz filha da Rainha, e mulher de D. João, Rei de Castella, pelas pertencões que tinha á Corôa de Portugal⁽³³⁾.

Num outro ponto do *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*, focamos uma tradução de uma edição estrangeira, embora de um autor português, ou seja, de Filinto Elísio [1734-1819]. Aqui se pode observar a exaltação da originalidade da Língua portuguesa, nascida do latim, mas progressivamente autónoma dos falares peninsulares desde o século XII. É essa glorificação da

⁽³⁰⁾ “Esta trombeta, que Afonso, quarto do nome, tomou aos mouros, para se tornar o primeiro em fama no mundo, enquanto soa por El-Rei e pelo triunfo que ele alcançou, está ordenando a Afonso que se erga para a glória.’ [...] Não restarão dúvidas acerca da imponência dos primitivos mausoléus do rei e da rainha, nem da importância concedida aos elementos iconográficos alusivos à participação e à vitória de Afonso IV na Batalha do Salado. Este foi, de resto e como já se disse, um elemento essencial na memória construída e transmitida pela monarquia portuguesa sobre o seu sétimo rei.” Sousa, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV, «Reis de Portugal»*, vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, p. 262.

⁽³¹⁾ Oliveira, P.º Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada, «Biblioteca da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, p. 307.

⁽³²⁾ “E em esse dia logo alguuas rrefeças pessoas lamçaram ao Bispo onde jazia nuu, huu baraço nas pernas, e chamamdo muitos cachopos que o arrastassem, hia huu rrustico braadamdo deante: *Justiça que mamda fazer nosso Senhor ho Papa Urbano sexto, neeste treedor çismatico Castellaão, porque nom tiinha com a samta Egreja*. E assi o arrastaram pella çidade, com as vergonhosas partes descubertas e o levarom ao Ressio, omde o commeçaram de comer os caães, que o nom ousava nehuu soterrar. E seedo ja delle muito comesto, soterraróno em outro dia alli no Ressio.” Lopes, Fernão. «Como o Bispo de Lixboa e outros foró mortos e lamçados da torre da See afumdo», in *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, cap. XII, p. 30.

⁽³³⁾ Com gravura em madeira anexa, com chapa do próprio Autor. Cavroé, Pedro Alexandre. «Da Igreja da Basílica de Santa Maria», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*, n.º 6, 1817, pp. 81-85. Veja-se ainda Cavroé, Pedro Alexandre. «Descripção da Igreja Paroquial de N. Senhora dos Martyres», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*, n.º 13, 1817, pp. 249-251.

nacionalidade e da independência política, também patente na suposta superioridade do nosso idioma, que este periódico pretendeu sublinhar. Numa apologia à cultura portuguesa, os contributos de monarcas como D. Dinis ou D. Duarte contaram-se entre os maiores triunfos das Letras peninsulares:

“Portugal, livre da sujeição das Corôas de Castella, e de Leão, pelo valor, e politica de seus primeiros Monarcas, não cuidou senão em crear hum idioma de tal sorte nacional, que não podesse reputar-se no futuro como hum dialecto do idioma Castelhana. Antes desta época todos os actos públicos se compilavão, segundo o uso adoptado na Europa, em hum Latim bárbaro: a Lingua popular era huma péssima gerigonça (jargon) hespanhola, misturada de termos arabes, que deo principio á Lingua *Romance*⁽³⁴⁾. Esta ultima Lingua se enriqueceo depois com huma multidão de vocabulos estrangeiros, que os Cavalleiros das Cruzadas, vindos do Norte, tinham introduzido em Portugal, aonde ElRei D. Affonso Henriques lhes permittio fundar Colonias depois da Conquista de Lisboa⁽³⁵⁾. De tão disparatados elementos se combinou huma linguagem rude, e informe, mas todavia differente daquella que se fallava antes. He provavel que o feliz uso, que os obrigava a fazer do Latim concorreo muito para formar em breve hum idioma particular derivado em grande parte desta Lingua mái, que se havia mais ou menos espalhado, e conservado na Lusitania, na época da invasão dos Romanos⁽³⁶⁾.

Com effeito tinha decorrido século e meio depois da exaltação de D. Affonso Henriques ao Throno, quando já os Póvos do Téjo fallavão, e escrevião huma lingua que lhes era particular. Bastará citar em próva desta asserção huma Carta de D. Affonso III., o Conquistador dos Algarves, escrita em 1278 a Affonso o Sabio, Rei de Castella, e a resposta deste. A comparação destas duas Cartas escritas huma em Portuguez, e outra em Castelhana próva já a differença das duas Linguas. Segundo o testemunho dos Historiadores Nacionaes as Poesias d’ElRei D. Diniz, successor de D. Affonso III., tinham todas as graças das cóplas dos nossos Trovistas⁽³⁷⁾ (Troubadours).

De todos os Poetas, que florecião em Portugal, em Hespanha, e mesmo em Italia, foi o primeiro que compôz versos á semelhança dos Poetas Provençaes. Ainda que os progressos de uma lingua sejam sempre mui lentos, he para admirar o gráo de perfeição a que tinha chegado a Portugueza nas obras dedácticas do século d’ElRei D. Duarte⁽³⁸⁾, que reinou

⁽³⁴⁾ Castro, Ivo. «Português Antigo», in *Curso de História da Língua Portuguesa*, colaboração de Rita Marquilhas e J. León Acosta, Universidade Aberta, Lisboa, 1991, pp. 161-240.

⁽³⁵⁾ “Tal como o castelhano, o português originou-se de uma língua nascida no Norte (o galego-português medieval) que foi levada para o sul pela Reconquista. Quanto à norma, porém, o português moderno diverge do castelhano, pois vai buscá-la não no Norte, mas sim na região centro-sul, onde se localiza Lisboa.” Teyssier, Paul – *História da Língua Portuguesa*, tradução de Celso Cunha, 4.ª edição, «Nova Universidade», Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1990, p. 22.

⁽³⁶⁾ Lopes, Óscar & Saraiva, António José. «Origens e evolução da Língua Portuguesa», in *História da Literatura Portuguesa*, 17.ª edição corrigida e actualizada, Porto Editora, 1996, cap. II, pp. 17-32.

⁽³⁷⁾ Weinstein, João Bernardo. «O universo mental em Portugal traduzido pelas Cantigas dos Trovadores (séc. XII-séc. XIV)», separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 19, FCG, Paris, 1983.

⁽³⁸⁾ “Nota-se que D. Duarte pensa em latim e, muitas vezes, «escreve na sua cabeça» em latim. Depois passa para português e, com frequência, o exercício sai canhestro: os latinismos sintácticos – verbos no fim das frases, uso e abuso de orações infinitas, maior utilização das conjunções subordinativas – fazem com que o rei por vezes se meta em aventuras de escrita para as quais não está, nem podia estar, preparado. [...] Dito de modo mais simples, às

pelos annos de 1433 a 1438. Para convencimento disto consulte-se o manuscrito deste Rei, que se acha na Biblioteca Imperial (hoje Real, de Paris) com o titulo do *Leal Conselheiro*⁽³⁹⁾, obra de filosofia moral, que dedicou á Rainha D. Leonor, sua Esposa⁽⁴⁰⁾.”

Como não poderia deixar de suceder, o *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana* tentou garantir a maior protecção às Artes, pelo que a Música não seria excepção, apesar da simplicidade analítica aqui presente. Observando igualmente o período medieval da História da Música, destacou o papel de S. Gregório Magno [540-604], a autoridade eclesiástica que oficializou o canto gregoriano, o qual se tornou um arquétipo cultural para a Europa cristã. A notação musical sofrerá transformações estruturais colossais e a simbologia musical será substituída pelo sistema de linhas, em *pautas*, sendo a mais conhecida a de Guido d'Arezzo [995?-1050?], assinalando as notas musicais como actualmente ocorre.

Os apontamentos de Pedro Alexandre Cavroé mencionam, assim, a tendência progressiva para a adopção do *cantochão*, um tipo de música melódica simples, sem acompanhamento, e de ritmo simétrico. A grande revelação deste Autor seria, todavia, destacar o ensino universitário da música em Portugal, instituído com a criação da Universidade, após o impulso outorgado por D. Dinis:

“Guido Arentino⁽⁴¹⁾, natural de Arezzo, Cidade da Toscana, Monge Benedictino, foi o que inventou em 1024 as syllabas *ut, re, mi, fá, sol, la*, substituindo-as ás seis letras do Alfabeto Romano, de que se servião no Cantochão Gregoriano⁽⁴²⁾. Estas syllabas forão achadas no Hymno de S. João, cantando-se desta sorte:

Ut queant laxis

Re-sonare fñbris

Mi-ra gestorum

Fa-muli tuorum,

Sol-ve polluti

vezes é difícil perceber o que o rei queria dizer; às vezes só se chega lá, sendo uma tradução, com o original latino à frente.” Duarte, Luís Miguel. *D. Duarte*, «Reis de Portugal», vol. XI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, p. 211.

⁽³⁹⁾ Sobre o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, veja-se o estudo linguístico e bibliográfico em Silva, Cândido Xavier Dias da. «Resenha Analytica. Leal Conselheiro», in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, vol. VIII, A. Bobée, Paris, 1820, pp. 3-35; adiante, do mesmo autor, ver «*Livro da Ensenança de Bem Cavalgar*», vol. IX, pp. 92-127.

⁽⁴⁰⁾ «Memoria sobre a Literatura Portugueza», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana*, n.º 10, 1817, pp. 147-148. Tradução do original francês de Elísio, Filinto. «Introduction», in *Poésie Lyrique Portugaise ou Choix des Odes*, Librairie Cérioux Jeune, Paris, 1808, pp. LIX-LXII.

⁽⁴¹⁾ “Guido was not a theorist but a practical pedagogue and his method, the basis of all medieval teaching, embraced much more than an advanced system of notation. It was based on the Hucbaldian conception of the TTSTT hexachord, of which he conceived three positions [...]. ‘Mutation’ from one hexachord to another was effected by pivoting on a note or notes common to both. And Guido employed both mnemonic and cheironomic aids. He borrowed the melody of a setting, [...] and fitted the melody to the words of a well-know hymn to St. John.” Abraham, Gerald. «Guido d'Arezzo and the Hexachord», in *The Concise Oxford History of Music*, Oxford University Press, 1979, pp. 84-85.

⁽⁴²⁾ Rever o uso do cantochão na tradição musical: Magalhães, Eduardo. *Os livros de cantochão dos séculos XVI e XVII do Museu Alberto Sampaio*, dissertação de Mestrado em Ciências Musicais apresentado à Universidade de Coimbra, [texto policopiado], Coimbra, 2001.

La-bii reatum, etc⁽⁴³⁾.

O uso destas seis syllabas para solfejar espalhou-se logo por toda a Europa. Attribute-se ainda a Guido o additamento da quinta linha ás quatro antigas do Canto-chão, e a invenção dos instrumentos de teclas, que aperfeiçoados vierão a ser a espinheta, e o cravo. He verosimel que em Portugal seja muito antiga a introdução da Música⁽⁴⁴⁾ pelo character musical da Lingua; pois se no tempo do Senhor Conde D. Henrique já se poetisava, como podia deixar de se cantar, e acompanhar com instrumento aquelles motetes? O certo he que a Música mereceo tal acolhimento na Côrte, e Palacio do Senhor Rei D. Affonso V., e foi nella tão eminente este Soberano, que disputou preferencia a seu Mestre Tristão da Silva⁽⁴⁵⁾, Professor insigne desta Faculdade.

A Aula de Música⁽⁴⁶⁾ da Universidade de Coimbra he tão antiga como a mesma Universidade. O Senhor Rei D. Diniz foi quem estabeleceo o primeiro ordenado de 2\$340⁽⁴⁷⁾ réis por anno para o Lente de Música⁽⁴⁸⁾.”

Com o intuito de reforçar uma vertente moralista baseada em episódios da História de Portugal, Pedro Alexandre Cavroé publicou pequenas «anedotas» onde o valor e a galhardia dos antigos portugueses eram evidenciados. Enquanto registos de índole patriótico, o uso destes trechos pretendia lembrar um certo *espírito* aos leitores do *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana* e conceder-lhes um certo “consolo” para as dificuldades do quotidiano. Uma dessas historietas referia-se ao arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira [c. 1280-1348], um dos homens de confiança de D. Afonso IV, com o qual combateu na célebre batalha do Salado [1340]. Ao invés, a tradição histórica sugere que aquele alto prelado teria sido criticado por erguer a espada ao serviço do monarca, como aqui se recorda:

⁽⁴³⁾ Esta escala termina, de seguida, na linha *Sancte Johannes*.

⁽⁴⁴⁾ “[...] o mais antigo e mais importante fundo de manuscritos litúrgicos com notação musical e o mais ricamente decorado que se conhece em Portugal provém do convento de Arouca. Trata-se de uma série de livros de coro cistercienses que se conservam hoje no Museu dessa localidade e que constituem provavelmente modelos importados ou copiados em Portugal no reinado de D. Afonso Henriques (1139-1185). Uma página de música rasurada no final de um destes livros parece ter contido uma peça a duas vozes, o que é caso único em fontes medievais portuguesas, as quais contêm somente cantos litúrgicos monódicos, ou a uma só voz.” Brito, Manuel Carlos de & Cymbron, Luísa. *História da Música Portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa, 1992, p. 21.

⁽⁴⁵⁾ Alegria, J. Augusto. «Tristán de Silva», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XXVI, Editorial Verbo, Lisboa, [s. d.], col. 1189.

⁽⁴⁶⁾ “A Cadeira de Musica não apparece apontada nos Estatutos ou Provisão de 15 de Fevereiro de 1309; no emtanto vem computado o seu salario na Resolução de 18 de Janeiro de 1323, em que D. Diniz trata com o Mestre de Christo, que se obriga a pagar os salarios aos lentes em troco dos fructos e rendas das Egrejas de Soure e Pombal.” Braga, Teófilo. *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa (1289-1555)*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1892, pp. 107-108.

⁽⁴⁷⁾ “[...]e ao Meestre da Musica seteenta e cinco libras [...]. Estes dnjheiros deuem seer pagados a estes sobredictos em esta guisa. a primeira meyadade por sam Lucas e a outra meyadade por sam Johane baptista e assi en cada huu ano.” «Carta de D. Dinis determinando ao Mestre da Ordem de Cristo o quantitativo a pagar aos professores do Estudo Geral de Coimbra», in *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por Artur Moreira de Sá, vol. I (1288-1377), Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1966, pp. 84-85.

⁽⁴⁸⁾ Cavroé, Pedro Alexandre. «Da Musica, seu principio, progressos, e estado actual em Portugal», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*, n.º 12, 1817, pp. 178-179.

“D. Gonçalo Pereira⁽⁴⁹⁾, Bispo de Lisboa, Pessoa de grandes letras e virtudes, foi encarregado pelo Senhor Rei D. Affonso IV. de varias negociações na Curia Pontificia, então residente em Avinhão, todas coroadas de felizes resultados. Acompanhando o seu Soberano na batalha do Salado⁽⁵⁰⁾, em que com o seu valor, e exemplo concorreo muito para esta assignalada victoria, constou-lhe haver sido motejado por empunhar a espada sendo Ministro da Igreja; ao que respondeo: = Sou tão obrigado a defender com a penna a Igreja de quem sou Ministro, como com a espada a Pessoa do Rei, de quem sou vassallo; e se algem o duvida, saiba que nem he bom Christão, nem bom Portuguez =⁽⁵¹⁾.”

Pedro Alexandre Cavoé foi um distinto patriota, uma constatação manifesta em todos os seus escritos, bem perceptível na leitura do *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana*. Ainda que possuísse origens francesas, conta-se entre os primeiros defensores da liberdade portuguesa. Acreditava na alta predestinação divina de Portugal, agora que se avizinhava uma nova época política, às vésperas da Revolução Liberal de 1820. Apesar de tudo, era similarmemente um defensor das tradições históricas nacionais, enaltecendo a Idade Média portuguesa:

“Quem senão a protecção de Deos podia livrar o Senhor D. Affonso Henriques e o seu pequeno exército que ficasse destruido pelo número infinito de Mouros que alastravão as Campinas de Ourique! Para que fôsse mais conhecido o prodigio até (he da Historia) chegarão os Portuguezes a vacilar e a temer. Não foi a estação rigorosa, o gêlo, e as privações que derrotarão os cinco Reis Mouros, e os seus numerosos exércitos; foi o ferro Portuguez brandido pelos braços daquelles, em cujo coração habita a fé de que só do auxilio de Deos podia provir o vencimento da multidão infinita dos contrários. Quantas centenas de milhar de golpes forão obrigados a dar os Portuguezes para aniquilar tamanho poder! A razão era de 13 a 400: em que Chrónica se aponta huma igual maravilha⁽⁵²⁾?”

Quem se não a protecção de Deos podia sustentar Portugal nas tres desgraçadas épocas das terriveis invasões estrangeiras! He fallecido o Senhor Rei D. Fernando: D. João I. de Castella pertende fazer valer o direito de herança que lhe provinha de sua mulher, filha de D. Leonor, e do Rei defundo: penetra pelo Reino de Portugal, e chega a sitiár Lisboa. Auxiliado pela Rainha Viuva, e pelos Senhores do seu partido, tinha quasi conquistado o Reino: oppõe-se-lhe o Senhor D. João, Mestre de Aviz, que não teve por si no principio da lide mais do que a espada de D. Nuno Alvares Pereira, e a eloquencia de João das Regras,

⁽⁴⁹⁾ Coelho Maria Helena da Cruz. «O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir», separata das *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1990, pp. 389-462.

⁽⁵⁰⁾ Cunha, D. Rodrigo da. «D. Gonçalo Pereira», in *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Segunda Parte, com nota de apresentação de José Marques, [s. n.], Braga, 1989, cap. XLII, pp. 177-190; Ferreira, J. Augusto. «D. Gonçalo Pereira (1326-1348)», in *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (séc. III – séc. XX)*, vol. II, Edição da Mitra Bracarense, Braga, 1931, pp. 126-162.

⁽⁵¹⁾ Cavoé, Pedro Alexandre. «Curiosidades», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana*, n.º 13, 1817, p. 207.

⁽⁵²⁾ Velho, Martim. *Estudos críticos sobre a batalha de Ourique*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1989.

porém Deos tinha destinado que o Mestre de Aviz imperasse e que levasse o conhecimento do seu Santo Nome a Berberia, e Portugal triunfa da primeira Invasão. [...]

Occorre outro argumento em prova do mesmo: Se tudo quanto se projecta a favor se realiza, segue-se que huma força superior assim o permite, e esta provém do auxilio de Deos. Attendâmos aos seguintes exemplo. – Sitiava em 1384 o exército de D. João I. de Castella a Cidade de Lisboa⁽⁵³⁾. D. Pedro de Castro tinha convencionado com o inimigo o entregar-lhe na noite de 15 de Agosto o Bairro, e a Porta de Santo André, de cuja defeza estava encarregado. D. Lourenço da Cunha, que entrava na Conjuração, cahe repentinamente doente; descobre ao seu Confessor a trama, e pede-lhe que o communique ao Senhor D. João I., então Mestre de Aviz; e com a prisão de D. Pedro, e dos outros cúmplices he salva a Cidade. – No anno seguinte no Castello de Gaia em frente da Cidade do Porto, onde se achava o mesmo Principe, trama-se contra a sua preciosa vida: o Conde Gomes Gonçalves, e Ayres Gonçalves de Figueiredo entravão na conspiração; porém arrependem-se⁽⁵⁴⁾, e vão delatar-se, e a necessaria vida do sustentaculo da Monarquia he salva⁽⁵⁵⁾.”

Urge reabilitar o contributo de Pedro Alexandre Cavroé para a causa liberal portuguesa, dado ter sido um dos principais promotores da Constituição de 1822, como patente na edição de um outro periódico, de cariz arreigadamente político, denominado *Mnemosine Constitucional* [153 números, Setembro 1820-Junho 1821]. Inteiramente publicado em Lisboa, foi um das autoridades periodistas do seu tempo, lutando, inclusive, pela abolição da censura prévia e a regulamentação do exercício da liberdade de imprensa, como aprovada nas primeiras Cortes liberais [12 de julho de 1821]. Apesar da simplicidade discursiva do *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana* é, de facto, um marco na imprensa periódica artística, noticiando um domínio [ainda actualmente] algo elitista e de divulgação circunscrita, sem esquecer que a História foi o sustentáculo do seu discurso noticioso.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Ferreira de & BARROCA, Mário Jorge – «Catedral de Lisboa», in *História de Arte em Portugal. O Gótico*, Editorial Presença, Lisboa, 2002.

Álvaro Pires de Évora. *Um pintor português na Itália do Quatrocento*, coordenação de Francisco Faria PAULINO, CNCDP, Lisboa, 1994.

BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa (1289-1555)*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1892.

⁽⁵³⁾ Martins, Miguel Gomes. *Lisboa e a Guerra [1367-1411]*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001, pp. 70-73.

⁽⁵⁴⁾ “Em verdade, dise el Rei, eu nuca os mádei premder por cousa que emtemdese que comtra mim obrasem; mas fizeo por me nã fazerem desserviço, que me pareceo que queriam ffazer, e porem os retive ata ora; amte mãdavadaar mamtimento a elles e a suas molheres, como saberees por verdade. Mas pois a vos, Senhor, asy apraz, eu sam ledto que os soltem loguo.” Lopes, Fernão. «Como El Rei partio caminho de Coimbra e adoeceo no Curvall», in *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, cap. CXV, p. 257.

⁽⁵⁵⁾ Cavroé, Pedro Alexandre. «Deos protege Portugal», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*, n.º 25, 1817, pp. 386-389.

- BRITO, Manuel Carlos de & CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa, 1992.
- CARVALHO, Ayres – «O Pintor Cirilo Volkmar Machado (1748-1823)», separata do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. III, fasc. II, [s. n.], Lisboa, 1957.
- CASTRO, Ivo – *Curso de História da Língua Portuguesa*, colaboração de Rita MARQUILHAS e J. León ACOSTA, Universidade Aberta, Lisboa, 1991.
- Catálogo das Publicações em Série [1641-1833]*, organizado por M.^a Helena Braga da CRUZ e José Matos da SILVA, Biblioteca Pública Municipal, Porto, 1985.
- CENÁCULO, Fr. Manuel do – *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1791.
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por Artur MOREIRA DE SÁ, vol. I (1288-1377), Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1966.
- CHICÓ, Mário Tavares – «A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa na Idade Média», separata de *Belas Artes*, n.º 6, [s. n.], Lisboa, 1953.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – «O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir», separata das *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1990.
- CUNHA, Alfredo da – «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV, ACL, Lisboa, 1941.
- CUNHA, D. Rodrigo da – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Segunda Parte, com nota de apresentação de José MARQUES, [s. n.], Braga, 1989.
- Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, Academia das Ciências de Lisboa, [manuscrito], [s. d.].
- Dicionário de História Religiosa de Portugal*, coordenação de Ana Maria JORGE, Ana Maria RODRIGUES e António Camões GOUVEIA, com direcção de Carlos Moreira AZEVEDO, vol. III, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa/Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.
- DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, «Reis de Portugal», vol. XI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- ELÍLIO, Filinto – *Poésie Lyrique Portugaise ou Choix des Odes*, Librarie Cérioux Jeune, Paris, 1808.
- Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XXVI, Editorial Verbo, Lisboa, [s. d.].
- FERREIRA, J. Augusto – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (séc. III – séc. XX)*, vol. II, Edição da Mitra Bracarense, Braga, 1931.
- GORANI, Guisepe – *Recherches sur la Science du Gouvernement*, vol. II, Chez Guillaume, Paris, 1792.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, Editorial Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, [s. d.].
- GRIMME, Ernst Günther – *Pintura Medieval*, Editorial Verbo, Lisboa, 1968.
- GUSMÃO, Adriano de – «Os Primitivos e a Renascença», in *Arte Portuguesa. Pintura*, direcção de João BARREIRA, Edições Excelsior, Lisboa, 1946.
- Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, coordenação e organização de Gina RAFAEL e Manuela SANTOS, prefácio de José TENGARRINHA, vol. II, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002.
- Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana*, Impressão Régia, Lisboa, 1816-1817
- LEÃO, Duarte Nunes do – *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão Editores, Porto, 1975.
- LEITÃO, João José Trigueiros – *O Pintor Régio José da Cunha Taborda (Fundão, 1766 – Lisboa, 1836)*, dissertação de mestrado em Museologia apresentado à FSCH/UNL, [texto policopiado], Lisboa, 2002.

- LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, edição preparada por Manuel Lopes de ALMEIDA e Artur de Magalhães BASTO, Parte Primeira, «Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1990.
- LOPES, Óscar & SARAIVA, António José – *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a edição corrigida e actualizada, Porto Editora, 1996.
- MAGALHÃES, Eduardo – *Os livros de cantochão dos séculos XVI e XVII do Museu Alberto Sampaio*, dissertação de mestrado em Ciências Musicais apresentado à Universidade de Coimbra, [texto policopiado], Coimbra, 2001.
- MARKL, Dagoberto – *O essencial sobre Nuno Gonçalves*, «Essencial», IN-CM, Lisboa, 1987.
- MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a Guerra [1367-1411]*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.
- OLIVEIRA, P.^c Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada, «Biblioteca da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994.
- PARADA, António Carvalho de – *Arte de Reynar*, Officina de Paulo Crasbeeck, Bruxelas, 1644.
- Portugal. Dicionário Histórico...*, por Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, vol. II, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1906.
- RIBEIRO, Maria Dalila Lopes – *Vasco Fernandes. Percurso Biográfico-Artístico*, trabalho apresentado nas provas públicas para Professora Adjunto à Escola Superior de Educação de Viseu, [texto policopiado], Viseu, 1991.
- SARAIVA, José da Cunha – «A Capela da Misericórdia na Sé de Lisboa», separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, [s. n.], Lisboa, 1934.
- SILVA, Cândido Xavier Dias da – «Resenha Analytica. Leal Conselheiro», in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, vol. VIII, A. Bobée, Paris, 1820.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, Imprensa Nacional, 1860; vol. VI, 1862; vol. XVII, 1894;
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*, «Reis de Portugal», vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- SUCENA, Eduardo – *A Sé Patriarcal de Lisboa. História e Património*, Sete Caminhos, Lisboa, 2004.
- TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a edição revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.
- Tesouros Artísticos de Portugal*, coordenação de José Ferreira de ALMEIDA, Selecções do *Reader's Digest*, Lisboa, 1976.
- TEYSSIER, Paul – *História da Língua Portuguesa*, tradução de Celso CUNHA, 4.^a edição, «Nova Universidade», Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1990.
- The Concise Oxford History of Music*, Oxford University Press, 1979.
- VASARI, Giorgio – *Vite de' Piu' Eccellenti Pittori Scultori e Architetti*, tomo I, Niccolo' e Marco Pagliarini, Roma, 1759.
- VELHO, Martim – *Estudos críticos sobre a batalha de Ourique*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1989.
- WEINSTEIN, João Bernardo – «O universo mental em Portugal traduzido pelas Cantigas dos Trovadores (séc. XII-séc. XIV)», separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 19, FCG, Paris, 1983.